

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS NA CULTURA DO ESTUPRO

THE ROLE OF JOURNALISTIC REPRESENTATIONS IN RAPE CULTURE

GIULIA NAVARRO¹

HELEN FONTES²

RESUMO

O jornalismo é, ainda na sociedade pós-moderna, um dos principais meios de informação e absorção de conhecimento. Logo, as escolhas narrativas e estruturais feitas no momento de produção das notícias geram um impacto no cotidiano, pois podem influenciar nas percepções do senso comum, afetando a forma como são interpretados, por exemplo, casos de violência sexual. Por isso, o objetivo deste trabalho é compreender se o jornalismo age diretamente na manutenção da cultura do estupro no cotidiano a partir da presença de representações que culpabilizam mulheres e/ou inocentam homens aos relatar casos de estupro. Para isso, partimos da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2010) para categorizar matérias jornalísticas e perceber padrões que corroboram para a vigência da cultura do estupro. Utilizamos ainda as ideias de Sodré (2009), Thompson (1998) e Kellner (2001) para fundamentar a relevância das representações midiáticas no cotidiano. Compreendemos que esse cenário permissivo a violências é calcado em instituições sociais que reforçam a dominação masculina através de propagações discursivas, garantindo a manutenção de relações de poder em que a mulher é submissa. Entender os fatores que afetam esse padrão é essencial para aprimorar os debates acerca da violência de gênero em nosso cotidiano. As discussões fomentadas nesse estudo podem auxiliar a compreensão do papel do jornalismo no combate à violência contra mulher, acrescentando novos pontos de debate sobre o cenário da cultura do estupro.

Palavras-chave: cultura do estupro; mídia e cotidiano; violência sexual; jornalismo.

ABSTRACT

Journalism is, even in postmodern society, one of the main means of information and knowledge acquisition. Therefore, the narrative and structural choices made when producing news have an impact on everyday life, as they can influence common-sense perceptions, affecting how cases of sexual violence, for example, are interpreted. For this reason, the objective of this study is to understand whether journalism directly contributes to the maintenance of rape culture in everyday life, based on the presence of representations that blame women and/or exonerate men when reporting rape cases. To this end, we use the Content Analysis proposed by Laurence Bardin (2010) to categorize news stories and identify patterns that corroborate the prevalence of rape culture. We also use the ideas of Sodré (2009), Thompson (1998), and Kellner (2001) to support the relevance of media representations in everyday life. We understand that this permissive scenario of violence is based on social institutions that reinforce male domination through discursive propagation, ensuring the maintenance of power relations in which women are submissive. Understanding the factors that influence this pattern is essential to improving discussions about gender-based violence in our daily lives. The discussions fostered in this study can help understand the role of journalism in combating violence against women, adding new points of debate on the scenario of rape culture.

Keywords: rape culture; media and everyday life; sexual violence; journalism.

1 Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, pesquisa violência de gênero; cultura do estupro e Mídia e Cotidiano. E-mail: giulianavarro@id.uff.br

2 Doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora pelo Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, pesquisa Linguagens, Representações e Produção de Sentidos. E-mail: brittohelen@id.uff.br

Introdução

A cultura do estupro, por sua vez, é um cenário que molda as relações sociais através de discursos sustentados por instituições que visam a manutenção das relações de poder. Esse fenômeno é formado por “um complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual masculina e apoia a violência contra as mulheres” (Smith, 2004, p. 174). Aos atores sociais que propagam tais discursos, interessa manter as relações de poder vigentes, por motivos que não cabem ser explorados nesse trabalho.

Porém, é importante destacar que existe uma colaboração discursiva entre os detentores do poder para que alguns grupos sociais, dentre eles as mulheres, sejam subjugados, justificando, assim, o número alto de mulheres que sofrem agressões sexuais, mesmo com amparo legislativo. Logo, os estupradores seguem impunes pois “agem assim apoiados em discursos machistas transmitidos a eles, e por eles, das mais variadas formas” (Dos Santos; Nunes; Castro, 2021, p. 61).

Podemos perceber os efeitos da cultura do estupro na prática ao analisar que o ano de 2024 registrou o maior número de estupros da história, com mais de 80 mil registros, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Assim, é notório que, mesmo com avanços legislativos e no meio acadêmico, o número de violências de gênero segue crescente.

O discurso desempenha papel fundamental na cultura do estupro, pois é através dele que se difundem normas sociais que homens e mulheres devem seguir. Essas normas

fomentam as denominadas ‘situações de risco’, nas quais a mulher é culpada por não seguir as regras incluídas na sua socialização desde o momento do nascimento: que roupas deve vestir, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair, regras que servem para a culpabilização da mulher sobre os atos de outros contra a sua integridade sexual (Dos Santos; Nunes; Castro, 2021, p. 69).

Impostas e reforçadas as regras sociais, as mulheres que não as seguem “são julgadas e constrangidas por meio de assédio e estupro até se enquadrarem em uma das categorias. (Semíramis, 2013). Com isso, torna-se possível justificar agressões e colocar a culpa na vítima, alegando sua inconformidade com a moral vigente.

Neste contexto, temos como problema de pesquisa o questionamento se as representações jornalísticas de casos de violência sexual fortalecem a cultura do estupro, reforçando a inconformidade de algumas mulheres com as categorias sociais a elas impostas. Vale ressaltar, ainda, que este trabalho faz parte da nossa pesquisa de Mestrado. Acreditamos que a mídia se torna agente ativa na manutenção desse cenário por conta do seu grande impacto nas relações de poder do cotidiano.

Para entender o papel das práticas jornalísticas na manutenção da cultura do estupro, usaremos as ideias de Douglas Kellner (2001), que defende que as representações midiáticas determinam quem detém o poder, reproduzindo dominações de alguns atores sociais e delineando a opinião pública. O autor continua esse raciocínio ao afirmar que “a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder” (2001, p. 10).

A mídia, então, “é estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições, funcionando como uma espécie de agenda coletiva” (Sodré, 2009, p. 23), ou seja, ela define “a opinião pública, valores e comportamentos” (Kellner, 2001, p. 54). Em concordância com Kellner, Sodré vê a sociedade contemporânea como midiaticizada. Ele define a midiaticização como “uma ordem de mediações socialmente realizadas [...] caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium” (2009, p. 20).

Se a mídia é determinante para fortalecer relações de poder no cotidiano, a cultura do estupro se interliga à midiaticização ao passo que as representações midiáticas podem consolidar esse conjunto de crenças culpabilizatórias através da reprodução de estereótipos que corroboram para as normas sociais vigentes.

Entendemos o cotidiano como o tempo em que notícias e outros produtos culturais são apropriados e absorvidos, baseado nos conceitos de Michel de Certeau (2014). O autor afirma que o cotidiano é, ainda, um espaço de invenção, em que os sujeitos não são apenas receptores passivos, mas atuam diretamente perante as estratégias que alguns atores sociais impõem nesse cenário. Podemos citar como atores sociais o Estado, o sistema judiciário, a mídia e a religião. Juntos, contribuem para a propagação discursiva da cultura do estupro, tornando-a parte do cotidiano (Alberton; Dos Santos, 2024, p. 49).

Acreditamos que é através do discurso jornalístico que as pessoas se informam sobre os acontecimentos de seu cotidiano (Alsina, 1989), reforçando sua influência. Com isso, a visão de mundo dos indivíduos passa primeiramente pelo olhar e pela construção discursiva do jornalista, que é tido como uma figura confiável. Porém, Gomis (2004) explicita que na rotina jornalística muitas vezes se recorre a estereótipos para acelerar a produção e facilitar interpretações. Logo, mesmo que de forma inconsciente, muitos profissionais utilizam o senso comum patriarcal na hora de tratar casos de violência sexual.

Os efeitos do impacto midiático na cultura do estupro residem no fato que as representações midiáticas influenciam diretamente a forma como entendemos o mundo, a nós mesmos e os outros, como argumenta Thompson:

[...] ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para a reflexão e autorreflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem (Thompson, 1998, p. 45).

Ao receber e assimilar certas mensagens, as pessoas tendem a reproduzir na sua realidade. Nesse viés, se veículos jornalísticos usam representações simbólicas que reforçam a ideia de que mulheres são culpadas pelos crimes sexuais que sofrem, os consumidores desse conteúdo têm a tendência de reproduzir esse pensamento ao se depararem com uma situação violenta em seu cotidiano.

É importante destacar que compreendemos que os receptores das mensagens não são totalmente passivos. Os indivíduos não apenas têm o poder de escolha de qual veículo consumir e em quais notícias acreditar, mas também interpretam e dão sentido aos conteúdos baseado em suas vivências, ideologias e condições sociais “de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos” (Thompson, 1998, p. 42). A presença de veículos alternativos e independentes que trabalham as notícias com um olhar humanizado são a prova dessa possibilidade.

Porém, mesmo que haja certa liberdade no consumo e interpretação dos conteúdos, a mídia ocupa boa parte do nosso tempo e interações sociais. Apesar de existir uma parte do público que consome jornais independentes ou que interpreta notícias sobre violência contra mulher com um viés feminista, é mister que eles não representam uma alta parcela da sociedade. Além disso, a interpretação misógina já está na mente do público por conta da cultura do estupro, então espera-se dos consumidores uma leitura que corrobore com as crenças da cultura do estupro, tornando as leituras críticas uma exceção.

Tal explicação justifica a escolha do nosso objeto de pesquisa pelo portal G1, visto que o portal de notícias lidera o ranking não apenas na pesquisa da Reuters, mas também no relatório de 2024 da ComScore, o principal medidor de audiências online, atingindo em média mais de 55 milhões de usuários por mês. Devido à extensão do presente artigo, nos limitaremos a analisar matérias publicadas em setembro de 2024.

A escolha deste período temporal está relacionada aos dados que apontam o ano de 2024 como o com maior número de estupros registrados no Brasil. Ademais, a quinta edição do relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, realizado pelo DataFolha e também com base nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta o maior número de vítimas de assédio desde 2017: mais de 29 milhões de brasileiras acima de 16 anos. A escolha pelo mês de setembro se deu de forma aleatória.

Já a seleção de matérias veiculadas na internet vem da prevalência desse meio como maior fonte de consumo de notícias. O *Digital News Report* de 2024, a maior pesquisa sobre consumo de mídia no mundo, produzida pelo *Reuters Institute*, observa que 74% do consumo de notícias no mundo é feito de forma online, uma taxa que se mantém maior que os outros formatos (televisão, redes sociais e impresso) desde 2013. No Brasil, o consumo de notícias online alcança a taxa de 78%, superando também os outros meios.

Vale reforçar que, na sociedade midiaticizada contemporânea, o jornalismo constitui um ator social entre diversos outros que disputam atenção e credibilidade no ecossistema informacional, marcado por forte concorrência das plataformas de mídias sociais. Os relatórios supracitados do *Digital News Report* comprovam a crescente centralidade dessas plataformas no consumo e circulação de notícias. Assim, cada vez mais o público tem opções diversas de consumir informação, que não sejam diretamente através dos portais jornalísticos, porém essa discussão ultrapassa nossos objetivos nesta pesquisa.

As matérias reunidas foram submetidas à Análise de Conteúdo, fundamentada no arcabouço teórico de Laurence Bardin, uma abordagem analítica que permite um monitoramento sistemático e exploração de um vasto material, mapeando a construção de conteúdos midiáticos e as escolhas discursivas “para melhor compreender os valores, os interesses, os vocabulários e as performances de diferentes categorias de falantes na cena pública” (Maia; Hauber; Paula, 2022, p. 61). A escolha deste recurso metodológico está na eficácia para examinar a presença de padrões na mídia. Dessa forma, será possível perceber se há uma lógica de culpabilização da vítima e/ou tentativa de justificar as atitudes do agressor, nos permitindo entender como o jornalismo impacta na cultura do estupro, não apenas através de sua influência no cotidiano, mas também pela forma que os crimes são relatados.

Metodologia

Para compreender se a mídia age diretamente na manutenção da cultura do estupro no cotidiano, utilizamos a revisão bibliográfica de autores que representam a base dos estudos de Mídia e Cotidiano. Ademais, fazemos um apanhado teórico sobre a cultura do estupro com o intuito de compreender seu funcionamento e sua relação com as representações midiáticas.

A partir desse conhecimento, buscamos explorar a forma que os estupros são relatados em matérias jornalísticas, visando perceber se há padrões de culpabilização, normalização ou defesa de violências. Como já justificado, escolhemos como objeto de pesquisa as matérias jornalísticas sobre violência sexual contra mulheres publicadas no portal G1 em setembro de 2024.

Inspiramo-nos na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, que se trata de “um conjunto de instrumentos metodológicos” (2010, p. 15) postulados pela autora na década de 1970 em que se une a interpretação e codificação de dados com a categorização de padrões subjetivos, mostrando o “escondido [...] o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem” (p. 15).

Segundo a autora, é necessária uma organização das ideias iniciais, denominada de pré-análise, em que se escolhe os documentos que serão submetidos à análise (Bardin, 2010). Nossa pré-análise contou, além da vasta pesquisa bibliográfica, com a seleção das matérias a partir de critérios condizentes com o recorte adotado.

Assumindo a impossibilidade de analisar manualmente as centenas de matérias diárias publicadas pelo veículo, utilizamos a *tag* estupro para filtrar os conteúdos, pois este termo anula outras violências de gênero. Esta primeira pesquisa nos rendeu 278 links de notícias, que passaram por uma nova seleção, excluindo matérias que tratavam de crimes contra menores de idade, do sexo masculino e fora do Brasil, além de notícias que apenas traziam dados percentuais, pesquisas, julgamentos, atualizações de casos e outros conteúdos que não narrassem casos de estupro. Com isso, chegamos ao total de 35 matérias para análise.

Avançando para a exploração do material, seguimos para a etapa de codificação dos dados, que Bardin (2010) aborda como o momento de transformar informações brutas em unidades de conteúdos que podem ser agrupados em categorias que se relacionam com o corpus da pesquisa. Nesse processo, identificamos escolhas discursivas e editoriais que demonstram como o estupro foi relatado. Com isso, chegamos a cinco categorias que representam formas de culpabilizar a vítima ou inocentar o agressor: citação de drogas ou festas; questionamento da veracidade; acusação de imprudência da vítima; uso da relevância do agressor e tipificação do agressor como páreo.

A formação dessas categorias de análise, o terceiro passo da metodologia de Bardin, teve como influência os estudos de Harding (2015), que argumenta que as sociedades criam diversos mitos acerca do estupro e, apesar de variáveis, eles têm sempre quatro características: culpar a vítima pelo crime, expressar uma descrença nas acusações, exonerar o culpado e insinuar que existe um tipo de mulher que está mais suscetível ao estupro. Com isso, classificamos as escolhas de produção das matérias a partir de categorias que têm essas características que corroboram com o cenário da cultura do estupro, subalternizando mulheres e prevalecendo o poder masculino. As categorias da pesquisa, junto ao número de casos que se enquadram em cada uma, estão ilustradas abaixo:

Tabela 1- Categorias de análise das 35 matérias selecionadas

Categoria	Número de casos encontrados
acusação de imprudência da vítima	6
citação de drogas ou festas	3
narrativas que geram dúvidas	4
tipificação do agressor	3
uso da relevância do agressor	2
não se enquadra	17

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Aparentemente os dados aqui apresentados apontam para um certo equilíbrio entre o número de matérias sem teor culpabilizatório. Contudo, é importante destacar que trata-se de um alto índice, principalmente ao levarmos em consideração que estão presentes em um portal jornalístico, que deveria apresentar mais responsabilidade em suas construções narrativas visto sua influência no comportamento dos consumidores.

Escolhas Narrativas

Os estudos de Sodré, Kellner e Thompson nos permitem entender que a midiatização é um sintoma importante da sociedade contemporânea, afetando a forma como nos relacionamos, consumimos e interpretamos informações. Ao alterar nosso modo de presença no mundo, a mídia se torna uma instituição poderosa no que tange ao comportamento dos indivíduos.

Assim, as representações midiáticas podem alterar nossa visão sobre o cotidiano e os outros, criando e reforçando regras sociais, mesmo que de forma inconsciente, como afirma Bourdieu (2003, p. 6) ao dizer que os jornalistas perpetuam a dominação masculina ao reproduzi-la nos conteúdos, mesmo que não tenha a intenção ou que haja uma tentativa de imparcialidade. Nesse sentido, essas representações refletem desigualdades e, com isso, as impulsionam, pois acabam reforçando-as no senso comum.

Julgando a cultura do estupro como intrínseca ao cotidiano, sendo um mecanismo de controle nutrido por diversas instituições (Alberton; Dos Santos, 2024, p. 49), é fácil relacionar o poder da mídia na manutenção desse cenário, visto que ela faz parte dos atores sociais que propaga os discursos de submissão masculina.

Se a mídia possui influência direta e importante no cotidiano, então ela é um potencial agente ativo nas relações de poder que o circundam, incluindo a cultura do estupro. Dessa forma, a reprodução da submissão feminina por veículos jornalísticos é uma forma de manutenção da cultura do estupro, afetando a forma como os indivíduos percebem a violência sexual contra mulheres.

Nossa análise das 35 matérias jornalísticas do G1 que narram estupros contra mulheres nos permitiu perceber que existem seis principais formas de manter esse cenário em que ou a mulher é desacreditada ou o agressor é exonerado. A primeira é a citação de drogas ou festas, em que a matéria evidencia que a vítima fez uso de álcool, era usuária de alguma outra droga ou estava em uma festa. Esse recurso remonta a ideia de que apenas seriam vítimas de estupro

as mulheres que não seguem as normas sociais de comportamento (Lima, 2012, p. 17), sendo elas as culpadas por entrar em situação de risco. Um exemplo disso é a matéria publicada em 18 de setembro de 2024 de título “Mulher se perde de amigas em saída de festa e é estuprada por dois homens em MG”. A escolha de organização da notícia insinua, já à primeira vista, que o crime foi uma consequência da ação da vítima.

Seguindo na lógica de culpabilização da mulher por não seguir as regras ensinadas socialmente, a estratégia mais utilizada é a acusação de imprudência da mulher, nunca de forma direta, mas através da construção da narrativa de uma forma que aponte que, em algum momento, a vítima se colocou em uma situação de risco. Em algumas notícias, é enfatizado que a mulher aceitou encontrar-se com o homem, o qual ela não era próxima, em um local privado ou que houve algum envolvimento físico prévio.

Também percebemos em nossa análise construções narrativas que geram dúvidas acerca da acusação, como pode-se notar na matéria intitulada “Empresária registra denúncias após vídeo de suposto estupro ser divulgado nas redes sociais”, publicada em 17 de setembro de 2024. O texto cita, no subtítulo, que a mulher “afirma não se lembrar do ocorrido”, além de contar o fato partindo da perspectiva de que a vítima não sabe se realmente foi estuprada e que a denúncia ocorreu apenas depois do vídeo dela com o homem circular nas redes sociais, tornando fácil para o leitor, que já está inserido na cultura do estupro, duvidar do depoimento.

Porém a culpabilização da vítima não é a única forma desse cenário se manter, já que também existe o caminho de tipificar o agressor, tornando-o um páreo. Ao representar aquele agressor como doente, monstro ou louco, a mídia o isenta da responsabilidade sobre seus atos (Melo, 2020, p. 374) e ainda perpetua o senso comum de que o estupro é algo isolado, mesmo que os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstrem que a maioria dos agressores são conhecidos da vítima.

O uso da relevância do agressor também vem da sua tipificação, mas seguindo o caminho de atrelar a sua imagem ao poder que ele tem na sociedade. A matéria “Entenda a condenação do ex-BBB Felipe Prior a 8 anos de prisão em regime semiaberto por estupro” pode servir como demonstração. Publicada em 11 de setembro de 2024, a notícia detalha as acusações criminosas, porém sempre lembrando a participação de Felipe no *reality show* “Big Brother Brasil”, tanto em texto quanto nas fotos e vídeos utilizados, mostrando-o na casa. A escolha dessas imagens que o atrelam ao personagem que conhecemos na televisão remontam a todo momento sua relevância e o carinho que o público teve com ele.

Destacamos ainda que existe uma diferença percentual de apenas 2% entre as que se enquadram nas categorias e as que não se enquadram, são elas 17 entre as 35 matérias analisadas. Algumas, inclusive, trazem ao fim informações sobre canais de denúncia e formas da vítima identificar que sofreu uma violência sexual, cumprindo o papel educativo do jornalismo. Contudo, apesar do número expressivo de notícias que não possuem teor culpabilizatório nem exoneram o agressor, nota-se que os outros 51,4% dos conteúdos jornalísticos estão em conformidade com a cultura do estupro através de suas representações.

Pensando na relevância do portal G1, podemos inferir que uma boa parte dos conteúdos jornalísticos que narram casos de estupro chegam ao público geral com insinuações misóginas, as quais, como supracitado, já estão no senso comum das pessoas que estão inseridas no cotidiano, facilitando uma interpretação que fortaleça a cultura do estupro. Isso porque são usadas

diversas escolhas narrativas na produção das notícias para manter o imaginário de naturalização de violências sexuais contra mulheres e proteção dos agressores (Melo, 2020, p. 365), reforçando os mitos que esse cenário cria.

Considerações Finais

Ao analisar o conteúdo das matérias jornalísticas, compreendemos o papel dessa instituição na manutenção da violência sexual contra mulheres a partir da reprodução de padrões culpabilizatórios na produção de notícias. Dessa forma, concluímos que o cotidiano pós-industrial é muito impactado pela mídia e, por isso, ela alimenta a cultura do estupro, cenário calcado em um complexo conjunto discursivo que é mantido por várias instituições.

Esse movimento tem como principal objetivo assegurar algumas formas de dominação, utilizando então do discurso de que a mulher será sempre culpada pela agressão que sofreu. Assim, mantém-se a subjugação feminina e os homens, que muitas vezes estão em posição de poder nas instituições, continuam ilesos.

Para testar a nossa hipótese de que a mídia é uma agente ativa na cultura do estupro, usando escolhas narrativas para reforçar esse cenário misógino no senso comum, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin, codificando notícias do renomado portal G1. A partir da seleção de material coerente com o nosso corpus, codificação e categorização do conteúdo encontrado, podemos perceber uma tendência a utilizar algumas estratégias que vão culpar a vítima pelo crime, insinuar uma descrença nas acusações, exonerar o culpado e sugerir que as mulheres que não seguem as regras sociais estão mais suscetíveis ao estupro.

Ainda que seja apenas um recorte e que dentro dele exista uma porcentagem relevante de notícias que não seguem os padrões que abordamos, é mister que há ainda, mesmo com avanços legislativos, acadêmicos e sociais, uma tendência jornalística a reforçar a dominação masculina através das representações que os profissionais escolhem ao narrar o crime.

Se a cultura do estupro é inerente ao cotidiano, o poder da mídia na sociedade irá atingi-la e, nesse caso, auxiliar na sua vigência. Refletir sobre o papel do jornalismo na cultura do estupro é parte de um debate inesgotável, considerando o aumento contínuo dos casos de violência sexual no país. Acreditamos que a presença de cada vez mais estudos sobre o assunto é uma forma de combate a esse cenário desanimador.

Referências

ALBERTON, Maiara; DOS SANTOS, Katia Gonçalves. A cultura do estupro no Brasil. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 46 - 51, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/485> . Acesso em: 10 set. 2025.

ALSINA, Miquel. **La Construcción de la Noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUENO, Samira *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/>. Acesso em: 29 set. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://libgen.is/book/index.php?md5=3F015C66E43F2227E641F854D840EA08>. Acesso em: 10 set. 2025.

COMSCORE. **Descubra quem está dominando o digital e as redes sociais: os momentos que marcaram 2024 e ajudarão a definir o futuro em 2025**. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/03/PESQUI-SA-COMSCORE.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

DOS SANTOS, Tatiana; NUNES, Rafael Zaneripe de Souza; CASTRO, Amanda. "Moça Séria não é Estuprada": Representações Sociais em Comentários Online. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 13, n. 2, p. 59-74, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8246004>. Acesso em: 12 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2025**. 19. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. ISSN 1983-7364.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. Tradução de Camille Reis. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p.102-116, 2. set. 2004.

HARDING, Kate. **Asking for it: the alarming rise of rape culture – and what we can do about it**. Boston: Da Capo Lifelong Books, 2015.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**. Estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001, p. 9-74.

LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. 2012. 34 f. Monografia (Graduação em Direito)-Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5370/1/PDF%20-%20Marina%20Torres%20Costa%20Lima.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MAIA, Rousiley C. M.; HAUBER, Gabriella; PAULA, Julia E. de. Análise de conteúdo. *In*: MAIA, Rousiley C. M. **Métodos de Pesquisa em comunicação política**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 39 - 79. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38850/1/metodos-de-pesquisa-em-comunicacao-RI.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

MELO, Iuli do Carmo. Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro. **CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], Juiz de Fora, n. 31, p. 362-384, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/30699>. Acesso em: 12 out. 2025.

NEWMAN, Nic et al. **Digital News Report 2025**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2025. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:24de5b16-d5bb-40da-a55c-4e7c28ab6dff>. Acesso em: 29 set. 2025

SEMÍRAMIS, Cynthia. Sobre a cultura do estupro. **Revista Fórum**. Porto Alegre, mar. 2013. Direitos. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/cultura-do-estupro/>. Acesso em: 28 set. 2025.

SMITH, Merril D (editor). **Encyclopedia of Rape**. London, Greenwood Press, 2004.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização, *In*: MORAES, Denis. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

THOMPSON, John B. **Mídia e modernidade** - Uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.